

Avaliação de Conjuntura AGNU de 30 de maio a 6 de junho de 2022

Temos pouco mais de 30 dias para concluir a negociação do reajuste de nossos salários e do conjunto dos servidores públicos federais. De acordo com a Lei Eleitoral, dia 4 de julho encerra-se o prazo para a concessão de reajuste aos servidores públicos.

Apesar deste limite não interferir diretamente no processo de regulamentação da Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017, em especial dos dispositivos que criam o Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Receita Federal e que regulamentam o Bônus de Eficiência, não há como, neste ambiente político conturbado e diante das disputas e impasses que se estabeleceram em todo o processo de negociação entre as mais distintas carreiras do serviço público e o governo, imaginar que vencido o prazo do dia 4 de julho, teremos mais chances de efetivar a regulamentação da Lei nº 13.464 em 2022.

São inúmeros os fatores que apontam para a necessidade urgente de efetivarmos nossa negociação dentro deste prazo. Devemos aproveitar ao máximo as próximas semanas e fortalecer nossa unidade de luta e, em sinergia com os demais servidores públicos, criarmos todos os meios para concretização do reajuste geral, da regulamentação da Lei 13.464 e também para finalizar o processo de discussão relativos as pautas não remuneratórias e que não geram impactos orçamentários.

Ao longo das últimas semanas, todas as instâncias deliberativas e de participação do nosso Sindicato foram acionadas num amplo esforço para esclarecer, orientar e preparar toda a categoria para este momento. Foram realizadas reuniões presenciais e virtuais, convocadas Assembleias Gerais Nacionais Unificadas (AGNU) e realizadas duas reuniões do Conselho Estadual de Representantes Estaduais (CNRE). Um esforço de organização e mobilização que agora precisa ser levado ao limite. Voltamos a reafirmar a necessidade urgente de unidade e de luta da categoria.

Há tempos não somos tão exigidos e demandados. Estamos, há, pelo menos, cinco anos, lutando pela concretização de um acordo celebrado e, posteriormente, transformado em Lei. Vencemos todos os entraves jurídicos e burocráticos e, até mesmo, superamos disputas e divergência entre órgãos de Estado. Em paralelo a todo este esforço, enfrentamos uma série de

ataques aos nossos direitos e fomos obrigados a utilizar toda nossa estrutura e energia sindical na defesa dos nossos interesses.

Fomos, em meio a todo este processo conturbado, obrigados a enfrentar anos seguidos de crise política, econômica e fiscal, e, no limite, passamos a enfrentar o assombro de uma pandemia global que mudou tudo o que conhecíamos e havíamos vivenciado até então em nossas relações diárias com a família, amigos e em nossa forma de trabalhar e conviver.

Foram e continuam sendo tempos de muita incerteza e aflição. Mas, estes foram e continuam sendo tempos que nos mostram a importância da unidade, da solidariedade, da luta e da construção coletiva. É com este espírito que a Diretoria Executiva Nacional do Sindireceita e o Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE) convocam esta que se configura na mais importante Assembleia Geral Nacional (AGNU) a ser realizada nos últimos anos.

Temos diante de nós um enorme desafio a vencer e somente com a ampla e efetiva participação de todos os filiados teremos a possibilidade de assegurar um direito que se for conquistado, poderá garantir os meios para que possamos manter a segurança e a estabilidade financeira de nossas famílias. Não há como fazer previsões, em especial em uma conjuntura extremamente instável como a atual, mas é certo que no curto e médio prazo, seguiremos enfrentando e convivendo com o agravamento das crises econômica, política e fiscal e tendo no horizonte o risco de recrudescimento da pandemia.

Neste contexto, tudo o que podemos e devemos fazer é lutar ao máximo para assegurarmos os melhores meios possíveis para manter o poder de compra de nossos salários. É isto que está em jogo agora. A efetivação do reajuste geral de 5% não faz frente as perdas salariais que acumulamos ao longo dos últimos anos e que já superam os 33%, mas ameniza o impacto das perdas inflacionárias que registramos ao longo desta crise, que parece não ter fim. Da mesma forma, precisamos lutar e insistir intensamente para que o governo cumpra efetivamente a Lei nº 13.464, e implemente o Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Receita Federal e regulamente o Bônus de Eficiência. Este, seguramente, é o principal elemento de transformação de nossa realidade como trabalhadores e que permitirá a construção de uma remuneração mais justa que possibilite, até mesmo, formas de redução de possíveis perdas que possam ocorrer em virtude da continuidade da escalada inflacionária e de políticas econômicas futuras que comprometam a recomposições e/ou reestruturações salariais, situações a que estão sujeitos todos os trabalhadores, inclusive os do serviço público.

É preciso, portanto, que fique claro; se não conseguirmos efetivar, até o dia 4 de julho, nossa negociação, sentiremos os efeitos desta derrota todos os dias nos próximos anos. É neste contexto de extrema gravidade e urgência que o Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE) e Diretoria Executiva Nacional (DEN) convocam todos os filiados do Sindireceita a comparecer à AGNU, que será realizada de 30 de maio a 6 de junho, para aprovar o conjunto de indicativos que foram construídos com a ampla participação dos conselheiros e também dos Analistas-Tributários que participaram das últimas assembleias. Este conjunto de indicativos que devem ser aprovados, apontam de imediato para a necessidade urgente de fortalecimento e ampliação da mobilização com a realização de paralisações semanais e, principalmente, orientam para a possibilidade de greve iminente, caso, nas próximas semanas, não haja um horizonte mais favorável a conclusão do processo negocial.

Temos a perfeita dimensão dos impactos e efeitos das decisões que estamos chamando a categoria a tomar. Também por isto, a Diretoria Executiva Nacional se adiantou e, por meio de ações judiciais, e da interlocução junto à administração da Receita Federal, já tomou medidas visando assegurar o direito de greve dos Analistas-Tributários e está empenhada de todas as formas, caso haja corte de ponto, em garantir a formalização do processo de compensação dos dias de greve diretamente com o secretário da Receita Federal do Brasil. Medidas que contemplam todos os filiados, inclusive aqueles que hoje integram as equipes de teletrabalho e/ou trabalho remoto.

Neste ponto, reforçamos que dada a importância das decisões que serão analisadas e tomadas, inclusive com a possibilidade de convocação de greve, é fundamental que as Delegacias Sindicais se empenhem ainda mais para que possa ser alcançado o quórum mínimo para esta deliberação que é de 20% dos Analistas-Tributários ativos.

Em toda nossa história, sempre fomos forçados a lutar pela valorização e o reconhecimento do nosso cargo. Agora, nossa luta reverte-se de uma importância ainda maior. Estamos unidos e mobilizados também por nossa dignidade profissional e pela segurança e bem-estar de nossa família. Vamos caminhar unidos e construir um novo capítulo de conquistas na história de nosso cargo e de nosso Sindicato.